

ATA Nº09

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 30 de setembro de dois mil e vinte e dois.** -----

-----Ao trigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Madalena Marques Santos Simões Pinto e Tony Richard de Oliveira Almeida com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 24/06/2022;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – 2022 e 2023 – PROPOSTA** -----

----- **PONTO TRÊS - DISCUSSÃO SOBRE PROPOSTAS/SUGESTÕES PARA COMBATER A PROBLEMÁTICA DOS ANIMAIS ERRANTES NO MUNICÍPIO.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Sérgio Manuel Jesus Martins, Victor Fernando Santos Neto Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge e Hermes Fernandes, em substituição de Maria Helena Marques, e, eleitos na lista do PSD. -----

-----Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Diana Ferreira Julião Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

-----Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

-----Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, Gisela Mirassol, em representação de Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente

da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Tony Richard Almeida, Maria Helena Marques, Andreia Pereira dos Santos Marques, Xavier Prior Neto e Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhore(a)s Vereadore(a)s Dulcínia Sereno, Maria do Céu Marques e Pedro Miguel Carvalhais Bento e Susana Maria Ferreira Gravato -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 24 de junho de 2022.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre os dias 27 de junho e 30 de setembro de dois mil e dois. Entretanto, deixou uma mensagem relativa à derrocada no Palacete Visconde Valdemouro, pois aquele edifício foi, e é, a casa da Assembleia Municipal. Uma palavra de profundo lamento e tristeza pelo acidente ocorrido. É um edifício que a todos, e principalmente aos membros da Assembleia Municipal, muito diz e o senhor Presidente está certo de que irá continuar a ser a sede da Assembleia Municipal. O senhor presidente informou, ainda, de que teve acesso a um parecer da Proteção de Dados, e já o partilhou com os porta vozes dos grupos municipais da Assembleia Municipal. De acordo com este parecer, o senhor Presidente fica muito agradado com o trabalho que foi feito, aquando da discussão cuidada deste tema, antes de se iniciar a transmissão *on-line*. As situações foram todas acauteladas do ponto de vista legal. Há apenas uma questão em relação aos membros que não são efetivos na Assembleia Municipal, que substituem nas sessões os membros que faltem, e para que o processo fique ainda mais claro e reforçado irá ser apresentada uma declaração de autorização para ser assinada por todos os intervenientes de forma a que o assunto fique definitivamente tratado, tendo em conta as recomendações do parecer-----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que não estão presentes na sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediram para intervir os senhores Paulo Jorge Grave, João Luís Santos, Elpidio Reis e Johnny Pedrogão Dias. -----

----- Paulo Jorge Grave – O senhor Paulo Jorge Grave usou da palavra e começou por colocar uma questão em relação à Rua da Fonte, ou seja, como a rua é muito estreita pergunta se estão previstos alguns lugares de estacionamento e se através de um dístico, por exemplo, se poderá haver alguma

discriminação positiva para os residentes que não tenham garagem ou no mínimo um lugar de estacionamento para poderem deixar os seus carros estacionados tipo das 18h00 às 08h00. Algo que também já se passava na antiga rua, a proibição de veículos pesados, como vai ser uma rua completamente diferente, questiona se vai continuar a ser assim, mas não como estava antes desta fase, em que era proibido e passavam na mesma. Uma outra questão prende-se com um alerta que já havia feito há uns tempos atrás, um buraco numa passadeira por detrás do Tribunal. Hoje em dia já não é um buraco, são três e agora há um outro problema, não só naquela, é em muitas na vila de Vagos, é que já não há passadeira sequer, a tinta já não existe, e pergunta quando é que essa situação poderá ser resolvida, tanto a pintura como a sinalização junto das mesmas que também não existe. Por fim, referiu que todos estão tristes com o que se passou com o Palacete e o que gostaria de aqui ouvir não teria de ser o senhor Presidente e sim o próprio Município, depois dos pareceres técnicos que virão e só depois virá a parte política, como é óbvio. No entanto, independentemente de tudo, perguntou se é para manter aquelas fachadas pois seria uma obrigação para com todos os vaguenses. -----

----- João Luís Santos – O senhor João Luís Santos usou da palavra e alertou para uma passadeira sem sinalização vertical, junto ao Parque de Campismo da Vagueira, só tem metade numa parte da faixa, e constitui perigo. Em relação ao desvio de trânsito no pontão virado à estrada da Vagueira alertou para os eucaliptos à beira da estrada, já que existe uma faixa de proteção por causa dos fogos, a menos de meio metro do alcatrão. Há um eucalipto novo, com menos de um ano, sinalizado com fitas vermelhas para ninguém calcar, quando é quase impossível passar com dois camiões, ou um camião e um veículo ligeiro. O município alertou para este tipo de situações a nível do Concelho, porque as estradas têm de ter largura para se passar. Relativamente à ciclovia, que ainda nem sequer foi sinalizada, já tem canas a nascer no alcatrão e postes colocados a meio. Na estrada Lomba – Calvão, e quem anda de camião todos os dias apercebe-se destas situações, pois existe uma regra em que os afastamentos do eixo da via, quando colocam os postes da EDP e telefones devem deixar espaços pelo menos para os espelhos dos camiões, porque quando cruzam dois camiões é impossível passarem ao mesmo tempo. Existem afastamentos legais para essas instalações. Quanto à Feira da Batata Doce parabenizou a escolha do espaço e a animação e expos uma situação. No dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezassete o senhor João Luís saiu do Concelho de Sever do Vouga, passou em Vagos, e levou consigo um amigo à Feira da Batata Doce em Aljezur, onde foi para ver equipamentos e variedade de batata doce e, entretanto, trouxe algumas ideias de lá. A batata doce é produzida no Concelho de Vagos, mais concretamente na Lomba, à cerca de oitenta anos. Nessa altura o senhor João Luís trouxe a ideia para cá, apresentou-a ao senhor Manuel Pereira que pegou na ideia, e muito bem, apresentou-a ao Grupo Folclórico de Santo António e a Feira da Batata Doce começou a ser feita e contra isso nada, está tudo muito bem. Neste momento, segundo aquilo que tem ouvido, a Feira não passou apenas de uma “exposição política”, talvez, o evento que foi agora feito, porque o Grupo Folclórico deixou de estar envolvido na iniciativa não havendo qualquer parceria. O senhor João Luís ficou triste com esta situação. Entretanto, deixou algumas questões relativamente à Feira da Batata Doce, ou seja, perguntou quais as variedades de

batata doce que existem no Concelho de Vagos, já que se produzem há oitenta anos. Há muitas variedades de batata doce e quando se faz uma Feira da Batata Doce é preciso saber-se aquilo que se está a produzir, quantas toneladas, quais os canais de escoamento e quais os apoios técnicos dados aos agricultores. O senhor João Luís produz batata doce, várias toneladas, à cerca de vinte anos, e até agora nunca foi tido nem achado, nem os agricultores que produzem bastantes toneladas, e por vezes há muitas dificuldades em escoar o produto, quando este é bem melhor do que o de Aljezur. -----

----- Elpídio Reis – O senhor Elpídio Reis usou da palavra e referiu que ficou muito contente por as obras na estrada Ouca – São Romão terem começado, mas alerta que foram construídas duas passagens hidráulicas há uns meses atrás e não foram bem feitas. Como se está a gastar bastante dinheiro nessa estrada era conveniente fazer uma reformulação dessas passagens hidráulicas. Se for necessário o senhor Elpídio tem um esboço de como se deve construir uma passagem hidráulica. Entretanto, alertou que a ponte, viaduto, sobre a A17 São Romão – Ouca, do lado direito, há dez anos, aproximadamente, um camião de betão deixou cair aí betão e nunca ninguém o limpou, o betão secou e os veículos quando estão a subir, para não calcar o betão, deviam-se para a esquerda podendo provocar um acidente. É de aproveitar que andam aí a fazer trabalhos e limpar esse betão. Em relação à estrada do Canto – estrada Real tem havido aí mortes e vários acidentes e, por isso, pergunta se nos planos da Câmara Municipal há algum projeto para construir uma rotunda, tanto aí como no cruzeiro, uma vez que ninguém respeita o sinal de STOP. -----

----- Johnny Pedrogão Dias – O senhor Johnny Pedrogão Dias usou da palavra e referiu que desde que a iluminação foi colocada no Bairro de São João há um poste que nunca acendeu, e é uma escuridão imensa à noite, a calçada em volta nunca foi arranjada, desde que os postes foram colocados. Nos estacionamento puseram vasos a ocupar lugares de viaturas. O senhor Johnny entregou umas fotos ao senhor Presidente para comprovar o que está a dizer e para o Executivo ver e refletir sobre estas situações. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões aqui formuladas. Em relação às questões do senhor Paulo Grave, na Rua da Fonte estão previstos lugares de estacionamento e não está, para já, prevista nenhuma discriminação positiva para os moradores, mas poderá vir a estar. Quanto à proibição dos veículos pesados ela irá continuar, e se está lá sinalização a proibir a circulação de pesados terá de ser respeitada, porque não é possível ter um GNR o dia todo a impedir que os camiões passem. Relativamente aos buracos e às passadeiras o senhor presidente tomou boa nota das sugestões e alertas. Em relação ao Palacete o que aconteceu foi um acidente e, por isso, como qualquer acidente, não estava previsto que acontecesse. Nunca em tempo algum no projeto que foi discutido por um número muito elevado de pessoas e de instituições que participaram, e que deram contributos para o projeto, nunca, nem nessa fase de projeto, e muito menos na fase de obra, foi a Câmara Municipal alertada para o perigo de ruir alguma coisa. O que aconteceu foi um acidente e, graças a Deus, não houve vítimas mortais e nem sequer nenhum ferido. A equipa que andava na obra apercebeu-se a tempo e afastou-se e passado pouco tempo a parede caiu. Tudo isto aconteceu depois de nesse dia

se ter feito a vigésima segunda medição de acompanhamento do deslocamento do edifício, ou seja, era feita uma análise topográfica semanal, se o edifício estava a mexer ou não, e nesse dia de manhã foi feito mais um relatório onde era referido que o edifício estava exatamente no mesmo sítio. Ruindo o edifício, e lamentando todos aquilo que aconteceu, o que o senhor Presidente tem dito sempre, nas intervenções que tem feito sobre o assunto, é que no final o aspeto exterior do edifício será exatamente o mesmo que tinha. Ainda estão a ser feitos alguns trabalhos de acompanhamento técnico, e não se querendo antecipar, mas provavelmente tendo a estrutura ficado afetada não será só aquela parte que ruiu que deixará de existir, ou seja, poderá haver necessidade de fazer mais algumas demolições controladas, obviamente. Esse cenário é o mais provável. Relativamente à questão concreta e objetiva do cidadão Paulo Grave, o edifício, o projeto e a execução final ficará exatamente igual àquilo que estava previsto, é esse o objetivo. Pode não ser exatamente igual, porque pode haver necessidade técnica de fazer algum ajuste, mas a aparência exterior ficará a mesma. É neste sentido que se está a trabalhar com os projetistas, com o empreiteiro e com outras entidades que a seu tempo se dará conhecimento à Assembleia Municipal. Em relação às questões colocadas pelo senhor João Luís Santos, sobre a passeadeira junto ao Parque de Campismo tomou nota, não se sabe se terá a ver com a empreitada que está a decorrer, mas ir-se-á averiguar. Quanto ao desvio de trânsito, e a relação com a faixa de proteção, o senhor Presidente lembrou que a Câmara Municipal e a Comissão Municipal de Florestas Contra Incêndios priorizaram aquelas que são as intervenções relativamente à gestão da faixa secundária, porque não há capacidade para fazer as intervenções em todo o lado na mesma altura. A estrada aqui referida pelo senhor João Luís não fazia parte dessas prioridades, assim como outras. Por exemplo, os estradões da Lomba e de Calvão, que são tutela do ICNF, não foi feita a limpeza das faixas de proteção, porque o ICNF entendeu que não, apesar de lhe ter sido solicitado, pelas entidades que compõem a Comissão.. Sobre a questão dos postes na ciclovia, dever-se-á estar a referir ao poste de média tensão, porque os postes que haviam já foram desviados, mas ter-se-á de esperar pelo fim da obra para analisar essas situações. Quanto à estrada Lomba – Calvão, e os afastamentos ao eixo da via, terá de se ir verificar a situação, sendo que em alguns sítios os afastamentos são os possíveis, é os que existiam. Em relação àquilo que são as obrigações da Câmara Municipal, em fazer as pessoas cumprirem com os afastamentos ao eixo da via nas construções, tem sido absolutamente intransigente. Quanto às questões da Feira da Batata Doce, a Câmara Municipal desde a primeira hora que colaborou nesse evento e, desde a primeira hora, colabora com a Junta de Freguesia e com o Grupo Folclórico e irá continuar a colaborar. O senhor presidente considera que se está a tentar confundir as pessoas com uma eventual gestão política de um Presidente de Junta que está em último mandato, que não será recandidato à Junta de Freguesia de Vagos e Santo António, por limitação legal. E de um Presidente da Câmara que também está no último mandato e que não será recandidato à Câmara Municipal, por limitação legal, é no mínimo estranho. Contudo, aquilo que se pode dizer é que em relação à Câmara Municipal existe, e tem existido sempre, parceria com o Grupo Folclórico de Santo António, que ocupa um edifício propriedade da Câmara Municipal e que realiza um Festival de Folclore, que este ano não realizou porque entendeu não o fazer. Quando o senhor Presidente refere

em parceria é quem paga a conta, a Câmara Municipal, e, portanto, refuta completamente as acusações do senhor João Luís Santos. Relativamente à ligação Ouca – São Romão o senhor Presidente informou de que essa questão das passagens hidráulicas irá ser vista. Na altura essa obra foi feita em parceria com a Junta de Freguesia, mas ir-se-á verificar o que se passa e aceitam-se todas as sugestões para melhorar e, uma vez que se vai fazer a intervenção aproveitar para resolver esses problemas, assim como o do betão, de forma a deixar a estrada com dignidade. Quanto à estrada real é verdade que houve em tempos muitos acidentes, mas desde que foi feita a intervenção no reforço da sinalização, tanto quanto é do conhecimento do senhor Presidente, nunca mais houve lá nenhum acidente de gravidade elevada. A sinalização pode ser sempre melhorada, mas se as pessoas não a respeitarem, e não respeitarem as regras de trânsito, não há nada a fazer. A construção de uma rotunda no Cruzeiro poderá de facto resolver alguns problemas, mas é impossível fazer ali uma rotunda, a situação já foi estudada e não é possível. Em relação à iluminação no Bairro de São João há uma luminária que está desligada e a situação irá ser reparada. A situação no Bairro já foi bem pior, porque na transição para os LED's, colocados pela EDP, demorou algum tempo e, aí sim, o Bairro esteve às escuras. Quanto às outras reparações terão de ser feitas e a Câmara tem insistido com o empreiteiro para que seja o mais rápido possível. Em relação às floreiras que estão na estrada terá de se solicitar a intervenção da GNR, a entidade competente para resolver a situação. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – o senhor Presidente da Assembleia começou por fazer um esclarecimento. Como é do conhecimento de todos, foi incluído um ponto número três na ordem de trabalhos, pedido pelo senhor Deputado Alexandre Marques do grupo Municipal do CDS, a que o senhor Presidente acedeu, apesar de não ter a documentação, depois de auscultar os porta vozes dos grupos municipais. Tendo em conta que só havia dois pontos na ordem de trabalhos e o tema ser pertinente o senhor Presidente entendeu incluí-lo na ordem de trabalhos, sendo o pedido feito no sentido de discutir este tema. O pedido foi feito ao abrigo do art. 19º do Regimento da Assembleia Municipal. Quando depois foi entregue um documento proposta é o próprio grupo municipal que invoca o art.22º, nº 2, do Regimento, e bem, se é uma proposta e uma recomendação que se pretende, tem de se discutir este ponto no período antes da ordem de trabalhos, que é aí que ele deve ser discutido. O senhor Presidente teve o cuidado de esclarecer este assunto com o senhor Deputado tendo este entendido e concordado. Assim sendo, se o senhor Deputado Alexandre Marques e o grupo municipal do CDS entenderem, o assunto será tratado neste período antes da ordem de trabalhos e não como ponto número três da ordem de trabalhos que será retirado. O senhor presidente aceitou a sua inclusão de boa fé e com boa intenção por forma a não querer proibir o debate do assunto, que é importante e pertinente, mas ao constar isto não podia deixar que tal acontecesse e será discutido em sede própria que é o período antes da ordem de trabalhos de modo a que se cumpram integralmente as regras e o Regimento. -----

----- Albano Gonçalves – O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e referindo-se à derrocada no Palacete Visconde de Valdemouro disse que tem ouvido muitas críticas em relação à

queda da parede. Quem nunca trabalhou em obras é natural que acredite que haja um mistério e que todos têm culpa da derrocada. Mas o senhor Deputado, por ser a sua área, já presenciou momentos destes e isto acontece naturalmente. A culpa não é das pessoas que andam no terreno a trabalhar, acontece naturalmente. Esta obra é calculada, tem a monitorização de obra feita por pessoas da área, e, por isso considera que aqui não há culpados, e não está aqui para defender ninguém, são coisas que acontecem. Uma coisa é certa, o que todos querem é que se apure o que aconteceu para que a obra continue e que se possa ter o Palacete recuperado o mais breve quanto possível.-----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu-se ao estudo da Universidade de Aveiro e da Universidade Nova de Lisboa, em relação à construção de um quebra mar em destacada zona costeira para a quebra da energia das ondas. Foi feito o estudo de simulação à escala, não foi, em que pé é que isto ficou? Perguntou. Bolsa de Terras, área que está sob alçada do senhor Vice-Presidente, o que é que aconteceu? Resultados? Teve sucesso, ou não? Entretanto, fez referência à intervenção de uma Muniçipe vaguense, a senhora Ana Cristina, e informou que há mais ou menos um mês enviou ao senhor Deputado, e a outros aqui presentes, um e-mail em relação ao tema que ela aqui apresentou na última sessão, os campos desportivos na Rua de São Tiago. Neste e-mail a senhora constatou que nove meses depois nada tinha sido feito para mitigar os problemas que ela aqui apresentou, nomeadamente em relação às tabelas de basquetebol. O senhor Deputado questiona se foi ou não feita alguma coisa para mitigar este problema, está ou não está a ser pensado fazer alguma coisa. Uma sugestão/recomendação que apresenta, se ainda nada tiver sido feito, talvez mudar estas tabelas de basquetebol que criam problemas àqueles moradores para outro sítio, nomeadamente para o espaço traseiro ao Estádio Municipal, ou num outro sítio com as mesmas características, onde não incomode tanto os munícipes principalmente em zonas habitacionais. Em relação ao tema que apresentou, a problemática dos animais errantes no Concelho de Vagos, é um assunto grave, há muito tempo que está por resolver, não é um tema esgotado, porque um tema esgotado é um tema resolvido. A proposta/recomendação que o grupo municipal apresentou, é que se proceda à construção de um canil municipal nas mediações da Gaticão. Este local tem espaço, tem condições, é uma associação que já tem protocolo com a Câmara Municipal e que pode ser melhorado, obviamente com um pacote que seja apelativo de modo a que eles aceitem esta transferência de competências. No documento que foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, o grupo municipal apresentou a sua proposta concreta, não querendo, obviamente, sobrepor-se ao poder do Executivo Municipal, porque a Assembleia é um órgão deliberativo. O que propõe é a constituição de uma comissão de trabalho, com representatividade de todos os grupos municipais, que pudesse acompanhar um trabalho que viesse a produzir frutos no sentido de resolver esta questão. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por dizer que foi tornado público que as Infraestruturas de Portugal se disponibilizaram para abrir um processo de negocial com a Câmara Municipal visando a transferência de competências da EN109 para o Município. Perante isto regista-se a posição do Presidente da Câmara que manifestou algumas

reservas sobre as condições oferecidas pelas Infraestruturas de Portugal. Segundo o grupo municipal do CHEGA esta Municipalização é fulcral para muitos melhoramentos e intervenções adiadas há décadas pelas zonas servidas pela EN109. Ao contrário do que aconteceu no passado, com outros processos de transferências de competências, parece que este é fulcral no sentido de se poder dizer que não pode falhar porque a IP não deu “isto ou não deu aquilo”. Neste caso específico para que o processo negocial seja bem sucedido terá de ser com acordo final. Neste tipo de processo negocial muitas das vezes as coisas não correm bem no imediato, porque não se sabe bem, no fim do processo, quem é que define o quê. Por vezes parece que há gente a mais a decidir e outras ninguém decide. Entretanto, chegou ao conhecimento do senhor Deputado que numa escola do Concelho de Vagos foi dito a um encarregado da educação, de um aluno que teve um acidente, que o seguro escolar não existiria, não estaria válido. A Delegação Regional da Educação é que é responsável por esta questão, mas não será possível o senhor Presidente da Câmara Municipal e esta entidade falarem e ver da possibilidade de haver um seguro válido para estes casos? Perguntou.

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se está, hoje, numa Assembleia Municipal que não tem ordem de trabalhos, em junho esteve-se aqui numa Assembleia Municipal que não teve ordem de trabalhos e, portanto, aquele velho slogan de “Vagos, um paraíso à sua espera” dá de facto a ideia de um paraíso, porque não à nada para fazer, nada para discutir e supostamente não há problemas, o que é uma coisa inacreditável. Ao dizer isto aos vaguenses eles consideram que há qualquer coisa que não está correta, ou é a realidade que não está correta ou é esta realidade paralela da Assembleia Municipal. Não é absolutamente normal que haja uma Assembleia Municipal com esta ordem de trabalhos, igual ao que já aconteceu em junho, e só se está aqui hoje porque é obrigatório por lei. O senhor Deputado é eleito pelo Concelho de Vagos, mas hoje vai fazer uma intervenção, mais uma vez, sobre a Freguesia de Vagos e voltar ao tema da Rua da Fonte. No dia de hoje o senhor Deputado deu uma volta, de cima a baixo, à Rua da Fonte e não encontrou em lado nenhum edital sobre o início e o fim das obras, nenhuma informação sobre as verbas e supõe que se fosse uma obra particular já teria sido embargada, tendo em conta aquilo que causa aos moradores daquela zona. A pergunta que faz é o que é que falta fazer para se ter melhores condições de vida naquela zona da Freguesia. -----

----- José Martins – O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que já por diversas vezes falou aqui em obras na Freguesia de Vagos e fica muito satisfeito que as obras continuem a acontecer, quer na Freguesia de Vagos quer no resto do Concelho. Ao contrário do senhor Deputado Óscar Gaspar, quando vê acontecer estas obras espera sempre que o resultado final venha a ser bem melhor do que o que estava anteriormente. O senhor Deputado gostaria de ver a estrada que liga o Covão do Lobo a Santa Catarina, assim como outras, como está agora a estrada da Fonte. À parte disto, também há algumas coisas que é preciso tomar atenção, ou seja, há uns meses atrás alertou aqui para a calçada do Bairro da Corredoura que estava a ficar solta e ainda hoje reparou que continua igual. Um alerta ao Executivo Municipal para que fosse feita a correção. -----

----- Liliana Barreira – A senhora Deputada Liliana Barreira usou da palavra e referiu que sendo a Educação um dos pilares fundamentais no desenvolvimento de qualquer sociedade e cujo a

qualidade é sempre um motivo de preocupação por parte dos pais. No que diz respeito ao Parque Escolar de Vagos, estando certa de que é merecedor de uma grande atenção por parte da Câmara Municipal, sobretudo por parte de quem lidera esta área, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o arranque do ano letivo, aproveitando para saber o estado das infraestruturas, ou seja, se todas as salas de aula estão equipadas e garantem as melhores condições aos alunos. Também questionou se estão assegurados todos os recursos humanos da responsabilidade da Autarquia, nomeadamente funcionários administrativos e assistentes operacionais. Por fim, embora não seja responsabilidade da Câmara Municipal, questionou se o flagelo da falta de professores também afeta o Parque Escolar de Vagos. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes Francisco usou da palavra e referindo-se à transferência de competências das EN109 teve conhecimento que o Executivo Municipal recusou, e bem, o envelope que vinha associado a essa transferência, uma vez que era, de certa maneira, reduzido. Mas aquilo que quer saber, se for possível, é se existe algum valor, se já esteja calculado, a partir do qual a Câmara Municipal aceitaria com bons olhos o acordo com as Infraestruturas de Portugal, dado que esta obra faz muita falta ao Concelho de Vagos. Sendo uma via muito importante para o Concelho justifica ter uma atenção redobrada no sentido de, com essa medida, vir a resolver muitos problemas que afetam quase todas as Freguesias do Concelho, porque é uma via estruturante. -----

----- Nuno Moura – o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que é importante que seja aqui reposta eventualmente a verdade e, por isso, sobre o tema gostaria de saber se o colega Óscar Gaspar conseguiu fazer a consulta do processo, relativamente à contratação do escritório de advogados e que possa esclarecer os Vaguenses se efetivamente houve, ou não, alguma irregularidade. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por fazer referência ao multibanco na Praia da Vagueira que, na maior parte das vezes, não funciona ou não tem dinheiro. Esta é uma questão antiga e, por isso, deixa um apelo ao senhor Presidente para que interceda junto das entidades bancárias, para que esta situação seja resolvida de uma vez por todas. A Câmara Municipal tem muitos trabalhos na rede viária por fazer, tendo já sido aqui muitos falados, há sempre muitos problemas e a título de exemplo o senhor Deputado referiu a colocação de paralelos no cruzamento junto à Escola Secundária, cruzamento da Av. Ceará Mirim com a Av. Padre Alyrio de Mello, é uma situação muito perigosa para as viaturas num local com muita circulação. A Feira da Batata Doce foi uma iniciativa interessante, teve uma boa organização, teve atuações estrangeiras que permitiu alargar os horizontes culturais e é assim que se deve agir nas Freguesias. É claro que deverá haver um maior entendimento e diálogo com as associações parceiras desde início, mas num cômputo geral a organização e espaço estavam muito bem, uma coisa nova que melhorou o que estava antes e isso é de elogiar. O senhor Deputado elogiou também o convite que foi feito ao senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro, para estar aqui em Vagos, que proporcionou um momento muito interessante, a que muitos puderam assistir, com uma das figuras proeminentes desta Nação. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referindo-se à recolha dos resíduos sólidos urbanos, perguntou qual o plano de contingência que a Autarquia tem preparado para evitar que volte a acontecer o que aconteceu. Qual o ponto de situação da alteração ao PDM que foi remetida à CCDR em dezembro? A manutenção das avarias da iluminação pública passou a ser do Município, qual o procedimento a adotar? Para terminar frisou como positivo o início das obras Ouca – São Romão, o pagamento dos acordos às Juntas de Freguesia, efetuado hoje. Entretanto, deixou uma sugestão em relação ao Boletim Municipal, isto é, aproveitar que agora o Município tem um documento informativo para transmitir algumas das decisões que são tomadas quer na Reunião de Câmara quer na Assembleia Municipal. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e perguntou em que ponto é que se encontra o Programa de Habitação e Estratégia Local de Habitação. Em relação ao RSU's este verão, altura em que estão cá os emigrantes, decorreu no Concelho uma situação anormal da recolha dos lixos, os contentores, e arredores dos contentores, completamente entupidos e sujos. Esta foi uma situação anormal e, por isso, reitera a pergunta do senhor Presidente da Junta de Ouca, ou seja, se há algum plano de contingência, algum plano B, para estas situações, porque foi responsabilidade da empresa de recolha, mas também foi responsabilidade de todos. O senhor Deputado refere-se à intervenção das pessoas, e fez questão de andar pelas ruas de todas as Freguesias a ver, e todos os dias se viam os contentores completamente cheios com resíduos verdes. Há fotografias de pessoas com empilhadores a despejar lixo verde, sobrance dos quintais e dos jardins, dentro dos contentores. Se esses sobrantes encham os contentores todos pagam essa fatura por tonelada e depois não cabe o lixo que deve lá estar. A sensibilização que faz é a proibição destas atitudes, já é proibido, mas continuam a fazer, o senhor Deputado viu um emigrante a colocar entulho dentro de um contentor, restos de cimento e tijolos. Neste sentido, deixa um apelo ao Executivo Municipal para proceder a uma alteração do Regulamentos dos RSU's, que haja fiscalizações e penalizações sobre estas situações, porque quem faz a separação de lixos e faz a compostagem não pode ter estas situações permanentemente à porta. Que se faça uma campanha sobre este assunto para todos os vaguenses, porque não é nada agradável ter à porta um contentor cheio de verdes e com lixo espalhado ao lado dos contentores. Este problema não é só de Vagos, aconteceu este verão em muitos concelhos vizinhos. Entretanto, a situação da recolha dos RSU's foi regularizada. Havia sido feita a chamada de atenção para os contentores deteorados e estes já foram, na maior parte, substituídos. Sobre esta temática do ambiente vai haver uma sensibilização de recolha de lixos, proporcionada pela CLDS Santa Casa da Misericórdia, Betel e Município, e desafia todos os presentes a participarem nessa iniciativa que vai realizar-se, em cada uma das Freguesias, durante os meses de outubro e novembro. Tem sido feito um trabalho extraordinário por este grupo, só em árvores foram plantadas este ano mais de duas mil, isto por causa da descarbonização. Para terminar, falou do problema grave que o Município vai ter de enfrentar em dois mil e vinte e três em relação aos autocarros. No próximo ano os autocarros que existem no Município vão ficar obsoletos, porque vão deixar de poder transportar crianças. O senhor Deputado pede ao Executivo Municipal para ter em atenção esta questão. Há uma lei, que o senhor Deputado,

pessoalmente, não concorda, que refere que um autocarro com quinze anos não pode transportar crianças com menos de doze anos, quando se anda em aviões e comboios com trinta e quarenta anos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e em relação ao estudo para o quebra mar destacado referiu que foi informado de que já está concluído, e está a aguardar o agendamento de uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente, onde esse estudo será apresentado e, depois, haverá interesse por parte da Câmara Municipal em que esse estudo seja apresentado aqui em Vagos. Quanto à questão da Bolsa de Terras depois de ter iniciado esse procedimento entrou-se em período de pandemia e não teve o seguimento que se pretendia. Será um projeto a retomar no ano de dois mil e vinte e três. No que respeita ao campo desportivo, situação apresentada pela munição Ana Cristina na sessão de junho, lembrou que a queixa dessa senhora não era só em relação às tabelas de basquetebol. A retirada das tabelas de basquetebol foi a solução que o senhor Presidente assumiu aqui, e que já tinha assumido com ela particularmente, que iria fazer, não deu o prazo para o fazer, pois terá de ser estudada uma solução alternativa para a colocação das referidas tabelas. O que a senhora queria era que se acabasse com aquele espaço de jogo e recreio e isso é contraproducente, quando se quer que os jovens pratiquem desporto não ter condições para que o possam fazer. A Câmara Municipal fez a recuperação daquele espaço, bem como a Junta de Freguesia de Vagos e Santo António fez a recuperação do espaço onde decorreu a Feira da Batata Doce, e fez um trabalho extraordinário, para que os jovens possam utilizar pois é esse o objetivo desses espaços de jogos e recreio. Quanto à questão do ponto que foi agendado e depois retirado da ordem de trabalhos, o senhor Presidente pediu à Mesa que autorizasse a resposta à questão do senhor Deputado Alexandre Marques no ponto um onde poderá detalhar melhor o assunto, até porque solicitou informação à Veterinária Municipal e esta preparou um trabalho extensivo sobre o assunto que gostaria de apresentar aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que o ponto é para ser discutido neste período “antes da ordem do dia” e não no período da ordem de trabalhos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção e em relação aos animais, só para se ter uma ideia, muito resumidamente, desde de dois mil e treze foram feitas recolhas que deram em novecentas e trinta e três adoções. Em dois mil e vinte e um foram feitas cento e quarenta e cinco adoções promovidas através da campanha que o Município tem desde muito cedo, desde qualquer outro Município na região fazer essa campanha. A Câmara Municipal oferece a esterilização, a colocação do chip e a vacinação dos animais. Este ano, não com o protocolo da Gaticão, porque esse, infelizmente, não tem ajudado a questão da adoção, tem sim ajudado a manter o número de animais que esta Associação tem, com a recente relação que a Autarquia tem estabelecida com a GADAFF já foi possível dar para adoção duzentos e vinte quatro animais. Relativamente às questões colocadas aqui na última Assembleia Municipal, sobre as matilhas da Praia da Vagueira, foram instaladas duas armadilhas, uma no dia vinte e sete de julho

e outra no dia dezanove de Agosto. Entretanto, estão a ser construídos, no espaço da Câmara Municipal, junto à Gaticão, três parques de matilhas. Quando estiverem terminados todos os procedimentos, e os animais estiverem suficientemente ensinados para irem comer às armadilhas, serão presos e capturados com os métodos autorizados pela DGAV e ser-lhe-á depois colocado o chip, esterilizados e depois depositados no parque de matilhas. Já foi feito muito trabalho nesta matéria, mas é evidente que a lei, tal e qual como está, não faz nenhum sentido e este problema só é possível de resolver se for permitido fazer com os cães aquilo que é com os gatos, ou seja, recolhê-los, esteriliza-los e depositá-los novamente na natureza. Enquanto isto não for permitido é difícil resolver o problema. Em relação aos transportes públicos, e ao concurso da CIRA, houve uma proposta válida e, em princípio, irá haver uma Assembleia Municipal Extraordinária em outubro para discutir esta questão, uma vez que, por questões processuais, não foi possível trazê-la a esta sessão de hoje. Relativamente ao processo negocial com as Infraestruturas de Portugal, a Câmara Municipal quer ficar com a EN109, mas não vamos ficar com esta competência a qualquer preço, porque seria mau para o Município e enquanto for Presidente de Câmara o Executivo Municipal não tomará nenhuma decisão que onere os seus sucessores, pelo menos de forma consciente. Aquilo que foi feito não foi recusar, foi colocar algumas questões à proposta que havia sido apresentada, nomeadamente como é que se tinha chegado ao valor, que era de um milhão e seiscentos mil euros, e porque é que lá estava que a Câmara Municipal consideraria todos os trabalhos feitos, os trabalhos de passeios e águas pluviais que, como é bom de ver, não estão feitos no Concelho de Vagos. O Município não vai aceitar esse dinheiro para depois não receber mais nenhuma verba e ficar com o encargo das obras, sendo que isso seria um mau negócio. Seria até um bom negócio para este Executivo, ficava com um milhão e seiscentos mil euros, pavimentava a EN 109 e depois quem viesse a seguir “que fechasse a porta”, mas com este Presidente isso não acontecerá. Quanto à questão do seguro escolar isso não pode acontecer, ou seja, o seguro escolar tem de estar ativo sempre que houver necessidade. O senhor Presidente irá averiguar o que aconteceu, e se aconteceu porque é que aconteceu. Esse tipo de acusações têm de ser feitas com algum cuidado. Em relação à ordem de trabalhos, o que se está aqui a fazer é a discutir os pontos que estão agendados, e tanto quanto é do conhecimento do senhor Presidente da Câmara, é possível aos partidos com assento na Assembleia Municipal agendarem assuntos para discutir e não se lembra de o PS ter solicitado o agendamento de algum nos últimos tempos. A Câmara Municipal traz aqui os assuntos que são obrigatórios e os membros da Assembleia Municipal trazem aqueles que entendem e o PS entendeu até ao momento não trazer nenhum e o senhor Presidente respeita isso. Relativamente à Rua da Fonte, a falta de um edital não é motivo de um embargo, o reparo que o senhor Deputado Óscar Gaspar fez é bem feito e, por isso, será tomada boa nota desta chamada de atenção. A obra está a decorrer e brevemente terá a pavimentação feita, pelo menos da zona da rotunda até ao pontão e assim ficará resolvida alguma questão dos desvios. Quanto às obras no resto do Concelho estão também aqui elencadas, mas como todos sabem o Concelho de Vagos tem 165m² de área, portanto, é muita rede viária para responder. Quanto à calçada do Bairro da Corredoura é verdade que o senhor Deputado José Martins já chamou à atenção para esta questão, e ainda não foi feito nada, e

ira ser reforçado esse pedido junto dos serviços. Relativamente à questão da senhora Deputada Liliana Barreira, o reinício do ano escolar correu com normalidade, há uns números interessantes que irão ser abordados no ponto um da ordem de trabalhos que tem a ver com o aumento do número de alunos. Quanto à questão das auxiliares o Município continua a ter, até por força de ter mais duzentos alunos, mais quarenta auxiliares de ação educativa do que aquelas que são obrigatórias pelo rácio, o que quer dizer que os alunos do Concelho têm mais resposta a esse nível. Em relação à questão do multibanco na Praia da Vagueira não é responsabilidade da Câmara Municipal que tem feito todas as interações junto da entidade bancária responsável sensibilizando-a para colocar a máquina a funcionar. No que respeita à questão dos RSU's, a situação normalizou-se, ainda não está resolvida a 100%, e aquilo que disse, refere e repete, e foi verificar ata a ata, e aquilo que disse ao senhor Deputado Rogério Soares foi que desde que a Câmara Municipal terminou o contrato com a Luságua nunca mais este assunto foi abordado aqui nesta Assembleia Municipal, nem pelo público nem pelos membros. Entretanto, estava a correr bem até aquela altura e teve de se implementar um plano de contingência e resolveu-se uma parte do problema, mas ainda há outra parte para resolver. Neste momento a situação está muito melhor, mas, apesar disso, a Câmara Municipal tem definido com a empresa titular do serviço que está bloqueado qualquer pagamento à empresa enquanto as coisas não estiverem totalmente repostas. A empresa não aceitou de bom grado, mas está a trabalhar para resolver a situação o mais breve possível. Quanto à questão do PDM foi feita a conferência procedimental, entretanto, a Câmara Municipal recebeu algumas notas da CCDR e estão a ser feitas as alterações para reenviar todo o processo. Quanto às deliberações, e a sua inclusão no boletim municipal, ponderou-se colocar essa informação, no entanto seria colocar mais um número de páginas e entende-se, nesta fase, como há o *site*, não o fazer, mas aceita-se a sugestão e ir-se-á fazer uma tentativa e tentar perceber como é que se pode fazer não aumentando o número de páginas por causa do custo. Quanto à Estratégia Local de Habitação já foram notificados cento e dez soluções de reabilitação, trinta para construção de nova habitação e já foram realizados cinquenta e nove atendimentos, sendo que já foram feitas vinte e seis visitas técnicas às casas. O que está aqui em falta é a questão da legalização, no sentido da propriedade das casas, e dos orçamentos, portanto, terá de se incentivarem as famílias a apresentarem aquilo que são as suas necessidades de obras e ajudá-las depois nesse processo. Relativamente aos transportes públicos, a preocupação com as IPSS's é da responsabilidade da Câmara Municipal, porque as IPSS's prestam serviço à Autarquia no transporte de alunos e no próximo ano ficar-se-á com um problema e muito provavelmente no ano que vem terá que estar prevista uma verba para esse fim. O senhor Presidente concorda que a lei não faz nenhum sentido, mas é a lei e terá de ser cumprida. O que se terá de vir a fazer é negociar essa situação juntamente com as IPSS's que ainda têm autocarros, não com a Junta de Freguesia de Vagos e Santo António, porque o autocarro é um ano mais recente. ----- Hugo Santos – o senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra para dizer que ficou por responder a questão do procedimento a efetuar quando há uma falha de iluminação pública. Antigamente comunicava-se à E-REDES através da aplicação ou diretamente no balcão digital e agora não se consegue. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que em relação ao Quebra Mar está-se há mais de cinco anos à espera, por isso é que perguntou pelos resultados. Em relação à Bolsa de Terras, o projeto foi aprovado em fevereiro de dois mil e dezassete, em dois mil e dezoito foi pedida ajuda às Juntas de Freguesia, talvez porque a taxa de sucesso fosse insuficiente, e até ao ano de pandemia, o ano de paragem, vão dois anos. Nestes dois anos o que é que se fez? Perguntou. O senhor Deputado acredita que a AGIM tenha cobrado os serviços. Relativamente às tabelas de basquetebol há já nove meses que a resposta é a mesma, ou seja, que o caso vai ser estudado e vai ser resolvido, mas a verdade é que ainda não está resolvido. O senhor Deputado disse que não é bem verdade que a senhora Ana Cristina quisesse acabar com o campo desportivo que lá está e com as modalidades todas. A senhora especificou o problema do basquetebol, a tipicidade das pessoas que estão lá a praticar o basquetebol, o tipo de linguagem que é utilizado, do tipo de comportamentos que utilizam e pediu expressamente que as tabelas de basquetebol fossem removidas, e não pediu que o resto fosse retirado. Em relação à Gaticão, o senhor Deputado gosta de ouvir falar em números como qualquer outra pessoa, gosta que sejam apresentadas informações, mas informações que sejam acompanhadas de evidências. Neste sentido, pergunta como é que isto está cadastrado, como é que há um registo de novecentas e trinta e três adoções desde dois mil e treze e onde é que está a prova de que isto aconteceu. Não quer com isto dizer que aqui alguém é mentiroso, nem que há falsidade ou desonestidade quando se presta esta informação, mas tem de haver um suporte. Quando é colocado o chip nos animais fica o registo? Perguntou. É importante que esses dados sejam apresentados. Em relação ao espaço da Câmara Municipal à Gaticão, tanto quanto sabe esse espaço está cedido por trinta anos, passaram dezoito, portanto, durante, pelo menos, mais doze anos o espaço continua sob alçada daquela associação, tanto que o parque das matilhas, segundo entendeu, necessitou da aprovação da direção desta associação. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra e referiu-se à questão da sugestão que deixou, fiscalização e alteração do regulamento que existe nos lixos, e em relação ao plano de contingência e um plano B, para situações destas e para aquelas situações em que enchem os contentores com restos agrícolas e entulho. Entretanto, fez referência a uma proposta que o PSD irá apresentar para o próximo orçamento, que é a criação de um recinto junto aos armazéns da Câmara para depósito de resíduos/monos, vigiado durante o dia, e facilitar a sua utilização ao fim de semana, que é quando as pessoas têm mais tempo e não ficarem com o lixo à porta como acontece muitas vezes. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e fez referência à despreocupação do senhor Presidente em relação à questão do multibanco na Praia da Vagueira, prova que o Presidente não sabe para que serve o poder local que representa. Sobre a questão dos debates, notou que o grupo municipal do PS tem sempre interesse em trazer para a Assembleia o maior número de temas, sendo que o regimento limita o partido a apresentar dois temas em quatro anos, para debates da atualidade, e, portanto, usa o tempo que tem da melhor forma possível com estas ordens de trabalho. Relativamente ao controlo de animais errantes as soluções que existem

para mitigar o problema está mais ou menos identificado por todos os Municípios do país, ou seja, adoção, esterilização, apoio a associações do setor, um conjunto de campanhas que são feitas e envolvimento com canis municipais ou intermunicipais. Claro que cada Município decide, depois, o nível de intensidade e de investimento nesta intervenção. Neste tema, obviamente, o que a Câmara Municipal pode fazer, se é que está a fazer alguma coisa, é reforçar as campanhas, a sensibilização para a adoção, a esterilização dos animais e o apoio às associações da área como é a proposta aqui trazida. Se o problema se agudizar a proposta aqui trazida carece de melhor debate, pois há imensas dúvidas sobre se há coisas no Município do género daquilo que é proposto, que chegou aos deputados ontem às vinte e três horas e trinta minutos, se gera algum tipo de antecedente desconfortável atribuir-se fundos para a contratação de funcionários de uma associação e como é que isso se articula com o atual regimento de apoio ao associativismo. Seja como for, nota que as propostas parecem bem intencionadas e o grupo municipal do PS está disposto a introduzir as suas opiniões num grupo de trabalho que possa vir a ser criado para se fazer o debate e para que o problema em apreço seja mitigado. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes Francisco voltou a usar da palavra e novamente em relação à EN 109 referiu que o grupo municipal do CDS considera que de facto a proposta não era aceitável, mas para “haver um final feliz” qual é o valor que a Câmara Municipal tinha como justo? Perguntou. Esta é uma questão que vai ao encontro do interesse de todos os vaguenses, pois melhorava muito a sua qualidade de vida. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas. Em relação ao número de professores em falta nas escolas do Concelho, Vagos não tem esse problema. O Concelho de Vagos tem cerca de duzentos docentes, no 3º Ciclo e Secundário, e, neste momento, estão dois em falta e um de atestado, não é que não seja uma situação preocupante, mas é residual. Sobre a questão do PDM acrescentou que a Câmara Municipal está em concertação com a CCDD e com a APA e um dos assuntos é as zonas industriais e prevê-se que até ao final do ano se possa ter a discussão pública do PDM. Em relação à intervenção do senhor Deputado Alexandre Marques, sobre a intervenção da munícipe Ana Cristina, leu um excerto da ata da sessão de junho de dois mil e vinte e dois onde esse assunto foi discutido. A questão de retirar as tabelas de basquetebol foi uma sugestão do senhor Presidente, numa conversa privada, não foi da senhora. A senhora o que veio aqui dizer é que não queria lá os campos, nenhuns, era essa a intenção. Em relação à questão da Bolsa de Terras a AGIM não fez só isso, não vale a pena estar aqui a confundir as pessoas. Hoje o senhor Presidente não tem presente os números, das pessoas que foram contactadas, mas poderá apresentar esses dados numa próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto ao facto de pôr em causa os números das adoções, é claro que os animais foram adotados e foi-lhes colocado o chip, porque depois de se captar um animal errante a Câmara Municipal só o pode libertar depois de se colocar o chip e isto significa identificar o animal. Por exemplo, os animais que irão para a colónia de matilhas da Praia da Vagueira, num terreno da Autarquia, a identificação será feita pela Câmara Municipal, ou seja, fica com o chip em nome da Câmara Municipal. Não deixa de ser uma surpresa que o senhor

Deputado Alexandre proponha, no documento que enviou, o aumento do subsídio à Gaticão, porque no Executivo Camarário, muitas vezes nos últimos anos, o CDS tem-se absterido, e até chegou a votar contra, ao subsídio a esta associação. Relativamente à alteração do regulamento de resíduos é uma prioridade do Executivo Municipal, irá ser feito, provavelmente não se conseguirá fazer até ao final do ano, mas no início do próximo ano essa revisão irá ser feita, pois é uma necessidade absoluta. Tem havido falhas permanentes de faltas de respeito, e nem é contra a Camara Municipal nem contra o prestador de serviços e sim de uns pelos outros, é de um cidadão para com o outro, e isso é muito grave e tem de se ajudar a resolver e a Câmara Municipal irá de várias formas tentar mitigar esse problema. Em relação à questão do multibanco, se este é gerido por uma entidade bancária como é que o senhor Deputado Bruno Julião quer que seja a Câmara Municipal a resolver a situação. A Câmara Municipal conseguiu que uma entidade bancária lá colocasse o multibanco, pode fazer pressão, mas não decide, ou seja, mover influência para que a máquina trabalhe, pois está avariada, e está num sítio difícil porque é muito utilizada e os montantes para carregar estas máquinas são cada vez mais pequenos. Quanto ao reforço nas campanhas dos animais errantes, a Câmara Municipal está disponível para todas as questões, agora, não há soluções milagrosas. Esta semana o senhor Presidente recebeu um ofício da Câmara Municipal de Loures a referir aquilo que já aqui foi dito inúmeras vezes, que é permitir que se esterilize os animais e depositá-los novamente na via pública. É esta a única solução para resolver o problema. A Câmara irá tentar uma solução que poderá resolver este problema, e de outras matilhas, porque não são só estas duas da Praia da Vagueira, há mais, mas para já vai-se tentar resolver estas. Em relação ao valor referência, para as obras da EN10), o Município não tem um “número mágico”, porque só se vai olhar para a questão depois de obter as respostas da Infraestruturas de Portugal. A Câmara Municipal poderia fazer, da sua parte, alguns estudos para saber quanto é que teria de gastar na requalificação da rede de águas pluviais e nos passeios, por exemplo, mas tem de primeiro perceber o que é que a IP tem a dizer. O senhor Presidente lembrou que este ainda não é o processo de transferência de competências que foi aqui aprovado e que o Governo ainda está para responder. Esta é outra questão, é uma negociação entre a IP e o Município. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para fazer um esclarecimento e para que não haja nenhuma dúvida, embora não lhe caiba a si gerir estrategicamente as intenções e a forma como se conduz o debate por parte do grupo municipal do CDS, mas esclareceu que como o CDS apresentou aqui a proposta, se quiser que ela seja votada tem de o requerer. A exceção do senhor Deputado Bruno Julião, que falou sobre a questão, mais ninguém falou sobre este tema, e este é o tempo, não é depois. Se é para apresentar uma proposta, no âmbito do artigo 22º, para ser votada tem que ser feita agora. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra primeiro para fazer uma interpelação à mesa e depois apresentar o requerimento. A interpelação à Mesa que quer fazer é solicitar ao senhor Presidente da Assembleia que lei o excerto da ata que diz respeito à intervenção da munícipe Ana Cristina, porque ao senhor Deputado não lhe interessa o que é que o senhor Presidente da Câmara falou particularmente com a senhora. O que interessa é o que foi dito

aqui e a questão que ela colocou no fim foi sobre a remoção das tabelas de basquetebol por não fazer parte do projeto inicial. A senhora não pediu que se retirassem de lá nem os campos de ténis nem os campos de futebol, portanto, aquilo que o senhor Presidente está a dizer não condiz com a verdade. Em relação à questão dos animais errantes o senhor Deputado propõe à Mesa *“que seja votada a proposta para criação de uma comissão de trabalho para acompanhar, ou para tentar chegar a soluções para a problemática dos animais errantes.”* -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu defesa da honra em relação ao primeiro assunto abordado pelo senhor Deputado Alexandre Marques. O senhor Deputado Alexandre Marques acusou o senhor Presidente de mentir e quer esclarecer a situação. *“O que o senhor Deputado aqui veio afirmar da primeira vez foi que o único problema da senhora era a tabela de basquetebol, e aquilo que eu disse, respondendo-lhe, é que não era só. Aquilo que eu referi relativamente à ata foi porque o senhor Deputado tinha acabado de afirmar que o único problema da senhora eram as tabelas de basquetebol. E o que eu quis dizer, lendo a ata, é que não foi essa a única questão, eu sabia que a senhora tinha colocado essa questão, e o que eu disse foi que não nos comprometemos nunca com um tempo para tirar as tabelas de basquetebol, e que as iríamos tirar quando tivéssemos uma alternativa. Mas o que o senhor Deputado referiu é que a única questão da senhora colocou eram as tabelas de basquetebol. O problema da senhora não são as tabelas de basquetebol, o problema da senhora é o espaço de jogo e recreio que lá está, e esse não há nada que eu possa fazer, porque nós não vamos tirar aquilo que está, ainda por cima previsto no loteamento. É essa aqui a questão, o senhor Deputado quando diz que eu estava a mentir, não estou a mentir, estou a dizer exatamente aquilo que o senhor disse ali, que o único problema da senhora era a tabela de basquetebol e não é. Se fosse isso era facilmente resolvível, mas não é esse o problema da senhora. Essa foi uma solução que eu próprio dei à senhora, depois ela referiu aqui, e muito bem.”* -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que para terminar de vez esta questão irá ler o que está na ata de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, aprovada, aqui, há pouco, por unanimidade dos presentes, referente a este assunto, ou seja a intervenção da senhora Ana Cristina e a resposta do senhor Presidente. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que *“este cozinhado habitual do senhor Presidente em não responder ao concreto e fugir à discussão daquilo que realmente interessa é irritante, a sério que é irritante. Acabou de se ler o excerto da ata, eu disse anteriormente que concordava com ele em relação à primeira questão que a senhora colocou, e que em relação a segunda questão era para a remoção das tabelas de basquetebol, nem ela falou na sua intervenção, nem o senhor Presidente assumiu que o tinha dito na sua resposta, que a senhora queria que se acabasse com o resto do campo desportivo que lá está, fosse do ténis fosse do futebol, por amor de Deus. Isto só para dizer o seguinte, nós não podemos estar aqui a discutir a semântica do que foi dito, ou deixou de ser dito, tem de ser resolvido. Desculpem lá, nove meses, quase um ano, para retirar de lá umas tabelas de basquetebol é muito tempo, e não falta espaço para resolver este assunto.”* -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu a Assembleia, que em relação à questão dos animais errantes, depois de confirmado pelo Senhor Deputado Alexandre Marques, o requerimento para ser submetido à votação, é a proposta que foi feita pelo grupo municipal do CDS, ou seja, criação de uma comissão de trabalho que vise acompanhar as negociações entre o Município de Vagos e a Associação Gaticão. Entretanto, questionou se algum membro da Assembleia municipal quer intervir, antes de se passar à votação. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e disse que o grupo municipal do PSD não vê nenhum problema em que se crie uma comissão para acompanhamento do assunto dos animais errantes. No entanto, devem os líderes dos grupos municipais reunir antes para perceber em que termos se poderá criar essa comissão. Se for para votar a proposta que o grupo municipal apresentou o grupo municipal do PSD irá votar contra, por uma simples razão, porque se está a propor a criação de uma comissão de acompanhamento das negociações entre o Município e a Associação Gaticão quando a Assembleia Municipal não tem competências para obrigar o Município a negociar o que quer que seja com nenhuma associação. O senhor deputado considera que o local próprio para apresentação de uma proposta destas seria o Executivo Municipal, e nesse aspeto o CDS até tem vantagem, porque tem uma Vereadora no Executivo, para que fosse votada em sede de reunião de Câmara e, depois, eventualmente, a Assembleia Municipal pudesse acompanhar essa proposta. O grupo municipal do PSD está aberto a uma conversação para que se crie uma comissão para tratar destes assuntos. -----

-----Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que o que vai dizer é praticamente uma declaração de voto. *O problema já está por demais discutido, é uma emergência desde há muito tempo a esta parte. É preciso fazer qualquer coisa e, portanto, havia a solução, a proposta, que foi apresentada é uma possível via para resolver o problema, pode ser melhorada com a comissão, sim senhor. Se, como já foi dito, o Executivo é o melhor local para arranjar soluções para este problema, façam favor no Executivo.* “ -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e apresentou uma solução que considera que todos possam concordar. Se é um problema muda-se a natureza da proposta que foi feita aqui. O senhor Deputado está alinhado com aquilo que o grupo municipal do PSD veio aqui dizer, por isso, é só mudar os termos. O que tem é de se tratar de um assunto que está sinalizado há muito tempo como sendo muito grave no Município de Vagos, que é mitigar o problema dos animais errantes e da formação de matilhas. Se for criado um grupo de trabalho, como prevê o Regimento, para tratar esse tema dever-se-á mudar a proposta que foi entregue, muda-se ligeiramente os termos da proposta e vota-se aqui, porque já se viu que todos os grupos têm vontade de a aprovar. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para intervir sobre este assunto. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre ao abrigo de que procedimento regimental é que vai dar

a palavra ao senhor Presidente da Câmara, tendo em conta que o requerimento em causa se prende com a constituição de um grupo de trabalho da Assembleia Municipal e, portanto, o senhor Presidente da Câmara não tem qualquer interferência naquilo que a Assembleia decida. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que vai dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, por uma única razão, porque se está a falar de um assunto cujo competência é da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tem a competência de criar o grupo de trabalho. Entretanto, não se perde nada em ouvir o senhor Presidente da Câmara, e aquilo que vai dizer até pode ajudar a resolver o problema. E deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que o que se está aqui a discutir a criação de um grupo de trabalho. O que se está a discutir é uma proposta do grupo municipal do CDS, que na opinião do senhor Presidente é perfeitamente descabida, para ser aprovada e que consiste em criar um grupo de trabalho para negociar com a Gaticão um subsídio. Não se ouviu o CDS a alterar a proposta, ouviu-se o PS a sugerir a alteração dessa proposta. A Câmara Municipal não negocia com associações a atribuição de subsídios, atribui subsídios cumprindo um regulamento aprovado por esta Assembleia Municipal. Nesta matéria o poder executivo é da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal tem o poder deliberativo e pode, e deve, criar os grupos de trabalho e apresentar sugestões para ajudar a resolver este problema que a Autarquia aceita. O senhor Presidente tem dúvidas de que a Câmara Municipal tivesse de cumprir a deliberação da Assembleia Municipal sobre a proposta em causa. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal volta a perguntar ao grupo municipal do CDS, se mantem os termos da proposta, antes de a colocar à votação. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que já havia dito que em momento algum a intenção era sobrepor-se ao poder executivo, porque esse pertence à Câmara Municipal, porque a Assembleia é um órgão deliberativo. No documento que foi enviado, ao abrigo do artigo 22º, nº2, e), tem um paragrafo onde está escrito que “fazemos uma recomendação” e, depois, em baixo diz “propomos a constituição de um grupo de trabalho...” O senhor Deputado assume, e concorda com o grupo municipal do PSD, que a proposta carece de melhoramentos/alterações para poder seguir em frente e aceita a proposta do PS em fazer uma pequena alteração ao termo da proposta. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a perguntar qual é a proposta, porque cabe ao grupo municipal do CDS fazer a proposta. Não cabe ao Presidente da Assembleia Municipal apresentar as propostas pelos grupos municipais nem pelos senhores Deputados e, por isso, voltou a perguntar se é esta a proposta que vai a votação. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e disse que será para fazer a alteração para partir para a votação, se mais nada houver a dizer, e que vai na linha de entendimento dos vários grupos municipais que é o seguinte: “Proposta da criação de um grupo de

trabalho para tentar solucionar, debatendo esta questão a fundo, e quem sabe um dia apresentar a solução que tanto é esperada, retirando a parte da negociação.” -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal repetiu a proposta apresentada, ou seja, criação de um grupo de trabalho para acompanhar a problemática dos animais errantes no Concelho de Vagos. Entretanto, voltou a perguntar se era isto que estava a ser proposto votar, porque ou há uma proposta ou não há proposta, os senhores deputados têm de se decidir. O Regimento é claro, quando se quer fazer uma proposta tem de se apresentar à Mesa um requerimento com a proposta, não é uma pseudoproposta que se altera em função de qualquer coisa.-----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra para apresentar uma sugestão, isto é, ou se vota a primeira proposta apresentada pelo grupo municipal do CDS ou o CDS retira a proposta e os líderes dos grupos municipais reúnem-se e preparam um documento sobre o que irá ser essa comissão e na próxima Assembleia Municipal votar-se-á a criação dessa comissão, com a qual todos estão de acordo dependendo daquilo que for para tratar. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal questiona se a proposta é para manter ou se esta sugestão, que foi apresentada pelo senhor Deputado Nuno Moura, é de acordo de todos os grupos municipais e é para aceitar. -----

----- A proposta foi retirada pelo grupo municipal do CDS. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. Entretanto, realçou o aumento de número de alunos face ao ano letivo anterior. Na informação está mais cento e noventa, mas neste momento já são mais cinco, portanto, há um aumento de cento e noventa e cinco alunos. O senhor Presidente aproveitou, ainda, este ponto da ordem de trabalhos para informar que em termos de impostos, neste momento, no que respeita à Derrama está-se perto de um milhão de euros de receitas e no IMT também. Haverá oportunidade de discutir este assunto a seu tempo, mas o senhor Presidente informa em primeira mão que a Câmara Municipal trará uma proposta a esta Assembleia Municipal de devolução do IRS, tendo em conta a atualidade e fase difícil, pela qual a classe média vai passar, e tendo em conta as receitas superiores, em termos de IMT e de Derrama, e numa certa forma de continuar a incentivar as famílias a virem para Vagos. Ao contrário daquilo que tem sido a postura do Executivo Municipal, entende-se fazer esta devolução porque neste momento, e ao contrário daquilo que o Governo faz, a classe média precisa muito de apoio e o país está com uma carga fiscal brutal e dentro daquilo que forem as possibilidades da

Câmara Municipal neste período difícil, e de uma forma excecional, opta-se por dar esse apoio às famílias. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referindo-se à derrocada que decorreu no Palacete Visconde de Valdemouro e ao facto de se ter aqui usado a experiência profissional para defender a tese de acidente vai usar a mesma tese para dizer que durante vários anos trabalhou em projetos industriais, com coisas bem pesadas, e nunca caiu nada desta envergadura ao chão. Para o senhor Deputado há aqui responsabilidades que têm de ser apuradas. Já hoje aqui se perguntou o que se vai fazer, se é para seguir o projeto inicial ou não, verificou uma ligeira mudança no discurso, no sentido positivo, porque até hoje só tinha ouvido dizer que se ia com o projeto inicial. Agora é preciso deixar os técnicos trabalhar, fazerem os estudos necessários, para se ver o que é que se pode fazer e quanto é que custa as diversas opções, e depois os políticos decidem o melhor caminho. É assim que se costuma fazer, até para não se cometerem erros em matéria financeira, porque isto vai custar caro, mais uns milhões em cima do inicial, a dívida do Município já está a subir outra vez, há indicadores pouco positivos, como a conta corrente a fornecedores em máximos. É preciso muita cautela até nos *timings*, não ter muita pressão, porque essa pressão de querer fazer esta obra neste mandato é capaz de sair muito caro e ser um “fardo” muito pesado para o próximo Presidente da Câmara. Em relação às poupanças de energia são boas, mas é importante não se esquecer de negociar o kWh do Município que está caro. O número de alunos é bom, mas está-se a perder alunos no Ensino Profissional. Por fim, considera importante que o senhor Presidente tenha mudado de opinião em relação há devolução do IRS, porque o senhor Deputado ainda não mudou. -----

----- Juan Carlos Martins – o senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e chamou à atenção que a informação não faz qualquer referência ao Vagos Metal Fest, que é um evento de reconhecimento nacional que decorreu em Vagos e que a nível económico é muito importante para o Concelho. Relativamente à questão financeira verificou que a execução orçamental está em valores baixos e o senhor Deputado quer saber, exatamente, qual a razão. Entretanto, deixou uma sugestão na parte da educação, e que já teve oportunidade de a partilhar com o senhor Presidente. Na questão do número dos alunos, em relação ao Concelho, não estão corretos, na opinião do senhor Juan Carlos Martins, porque se refere só, por exemplo, ao pré-escolar público. O número de alunos do pré-escolar que vem neste documento, quatrocentos e tal, tem mais duzentos e vinte e cinco alunos nas IPSS's, e é importante quando há informação que se coloque o número total do Concelho. Tem conhecimento que não faz parte da rede pública, mas também é rede pública este pré-escolar. Também seria interessante nesta informação abranger o número de bebés que há em creche. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir-se à informação jurídica, mais em concreto o apoio do gabinete do Dr. Montenegro. No dia vinte e quatro de junho pediu aqui informação sobre a contratação do Dr. Montenegro como assessor jurídico da Câmara Municipal e, entretanto, no dia 25 de julho foi-lhe comunicado pelo senhor Presidente da Assembleia que podia consultar os documentos e deslocou-se à Câmara para o fazer. Ao consultar

o processo não encontrou nenhuma ilegalidade nos documentos que analisou, apenas encontrou alguns aspetos que lhe levantam dúvidas, como por exemplo, o primeiro documento da Câmara sobre a contratação é do dia dez de fevereiro de dois mil e quinze, em que se fala de um ajuste direto e foi a reunião de câmara e teve três votos contra. A surpresa é que a proposta do escritório do Dr. Montenegro é de trinta de dezembro de dois mil e catorze. O primeiro documento de todo o processo é uma proposta do gabinete de advogados e não da Câmara Municipal. Em relação à derrocada no Palacete o senhor Deputado acha estranho haver apenas “duas linhas” para explicar o que aconteceu no Palacete Visconde de Valdemouro. É de alguma forma um início de má consciência ter sido um Deputado Municipal do PSD a vir aqui apresentar justificações quando a questão ainda não havia sido levantada por nenhum membro desta Assembleia Municipal. O que aconteceu foi um momento muito triste para todos os vaguenses e a verdade é que terão de ser apuradas as causas, as responsabilidades e as consequências. Temos o mesmo texto, mais desenvolvido, depois do anexo, três ou quatro parágrafos, nada diz sobre isto limitando-se a alguma poesia sobre o que aconteceu. Entretanto, deixou uma preocupação em relação ao Mercado Municipal de Vagos, ou seja, o Museu do Brincar passou para o sítio do Mercado Municipal passou para outro edifício e o senhor Deputado convida os membros desta Assembleia e os vaguenses a visitarem o Mercado. É uma “dor de alma”, o Mercado está vazio, sem nenhum tipo de atividade e dá a ideia que aquela mudança foi mesmo para “matar” o Mercado Municipal de Vagos, o que é um erro. Em relação à questão dos refugiados o grupo municipal do PS saúda este apoio por parte do Município de Vagos ao acolhimento de refugiados vindos da Ucrânia a sua preocupação, e a pergunta que faz, é se há condições para garantir que todos os refugiados estão a ser devidamente acolhidos e levados para locais que tenham todas as condições de salubridade. Há algumas informações de que há alguns refugiados a morar em sítios que não são próprios. Por fim, saudou aquilo que foi agora uma boa notícia do senhor Presidente da Câmara, finalmente o PSD veio àquilo que o PS há muitos anos reivindica para Vagos. Vagos é um dos poucos Municípios que neste momento não devolve IRS aos seus munícipes e o grupo municipal do PS sempre disse que era muito importante fazê-lo e que era uma questão de justiça e o PSD sempre defendeu que era inaceitável e agora é o próprio Presidente da Câmara que tenta aqui salvar esta Assembleia com uma boa notícia aos vaguenses. É verdade que o Município de Vagos terá de se começar a preparar para tempos que serão mais difíceis. Neste caso, ainda bem que vem ao encontro de uma proposta do Partido Socialista e espera que as outras que fizeram sobre estas matérias sejam de igual forma acolhidas. -----

----- Nuno Moura – o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que gostava de interpolar o senhor Presidente relativamente à forma como terá decorrido a Época Balnear, uma vez que já terminou, e perceber se o molde como funcionou este ano correu bem. Relativamente à informação jurídica apraz saber que a maior parte dos processos têm tido um desfecho positivo e lamenta que, mesmo depois de consultar todo o dossier, o grupo municipal do Partido Socialista não tenha conseguido descortinar que o Dr. Luís Montenegro não foi contratado pela Câmara Municipal, nem é assessor da Câmara Municipal. Quem foi contratado foi uma sociedade de advogados, a

Sousa, Pinheiro & Montenegro, que presta serviço à Câmara Municipal e que curiosamente, neste momento, já nem tem o Dr. Luís Montenegro como sócio, nem sequer é advogado dessa sociedade, e, portanto, parece que essa informação teria sido de alguma lisura trazer-se aqui, e bem, como trouxe a informação que conseguiu recolher. Ainda bem que o senhor Deputado Óscar Gaspar consultou o dossier e que finalmente se chegou à conclusão que não havia nada fora do normal que lhe chamasse à atenção para alguma irregularidade. Aquilo que o senhor Deputado Nuno Moura disse na última Assembleia volta a dizer hoje, isto é, ele entende que qualquer Presidente da Câmara deve escolher a equipa de advogados, ou advogado, que deve defender a autarquia de acordo com a confiança que terá nessa equipa ou nesse advogado. Este é o seu entendimento do que deve acontecer, porque entende que o responsável criminal do Município, como seja de outra instituição qualquer, não deve estar sujeito à defesa de uma qualquer pessoa. Em relação à informação dada pelo senhor Presidente, a devolução do IRS, o grupo municipal do PSD congratula-se com essa posição que a Câmara Municipal tomou, e não pelo facto de ter mudado de posição, mas porque compreende que os tempos e as dificuldades que se estão a atravessar merecem decisões e medidas extraordinárias. -----

----- Durante a discussão deste ponto ausentaram-se da sessão os membros Filipe Jorge, Óscar Lopes Francisco e Marisa Silva. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. Relativamente à questão do Palacete, obviamente, o Presidente da Câmara não impede que os membros desta Assembleia municipal façam as intervenções que entenderem. A propósito de uma questão do cidadão Paulo Grave o senhor Presidente deu as explicações que entendeu serem necessárias nesta primeira fase. Tal como o senhor Presidente já referiu, até publicamente, as responsabilidades serão para apurar, tal como se deixarão os técnicos fazer o seu trabalho. Obviamente que era impossível que o projeto inicial fosse cumprido, simplesmente porque parte do que estava previsto no projeto inicial já lá não está. O senhor Presidente nunca disse que o projeto inicial era para manter, o que disse é que a fachada é para manter. Quanto ao facto de vir a custar mais, é preciso ter calma, deixar os técnicos trabalhar, nada de precipitações, quando tiver que ser discutido será e a Câmara Municipal tomará todas as providências para não sair prejudicada caso se entenda que é esse o caminho que deve ser seguido. Em relação ao custo da energia a Câmara Municipal está no mercado regulado, e o senhor Presidente tem dúvidas de que haja melhores preços, mas se o senhor Deputado Sidónio Sansana conhece dados de outros Município que sejam mais baixos faça-os chegar para que o Executivo Municipal possa analisar. No que respeita à perda de alunos no ensino profissional para o Presidente de Câmara é irrelevante que tipo de escolhas é que os alunos fazem, o que importa é ter mais alunos, que é aquilo que Vagos tem. Quanto ao Vagos Metal Fest houve de facto um lapso e não foi feita referência ao evento nesta informação. Em relação à informação financeira, e aos baixos valores de execução financeira, tendo em conta a altura são 5% mais altos que no ano passado e não refletem ainda a entrada da Derrama, porque houve um atraso na Autoridade Tributária. O valor da Derrama irá entrar no próximo mês. O acréscimo de Derrama e de

IMT foi o que fez com o Executivo Municipal pondera-se apresentar esta proposta de devolução do IRS em dois mil e vinte e três, porque ao contrário do Governo, que está a ganhar com a inflação, a Câmara Municipal não quer ganhar com a inflação. Se existem mais receitas provindas de Derrama que este ano, e que se não houver nenhum contratempo, ultrapassará um milhão de euros, em comparação com trezentos/quatrocentos mil euros nos últimos anos, entendeu-se devolver alguma coisa às famílias e mesmo assim ainda tem receita fiscal, ao contrário do Governo que usa o dinheiro a mais do IVA e não o devolve às pessoas. Quanto ao número de bebés em creche a Câmara Municipal já tem essa informação, não veio foi a tempo de constar neste documento. Quanto ao ensino pré-escolar, a Câmara Municipal também quis fazer esse acompanhamento, porque poderia haver menos alunos no pré-escolar privado, que presta serviço público, mas isso não aconteceu, ou seja, as vagas estavam todas preenchidas. Relativamente à questão do escritório de advogados o senhor Presidente esclareceu que a Câmara Municipal soube no próprio dia, de manhã, que o senhor Deputado lá estava, houve falta de comunicação entre o senhor Presidente da Assembleia e a Câmara Municipal, e aquilo que foi facultado era o que estava à disposição. Houve procedimentos prévios que foram tidos, mas isso é irrelevante, porque o que é relevante para aqui é que desde que este escritório de advogados está contratado, e já não tem como sócio o Dr. Luís Montenegro, pelo Município por um preço de dois mil e setenta e cinco euros por mês, instruiu cerca de seiscentos processos de contraordenação; teve trinta e um processos em Tribunal, sendo que ainda estão a decorrer dez processos, quatro foram resolvidos por acordo, três foram sentenças desfavoráveis e catorze sentenças favoráveis. Esta prestação de serviços significou uma poupança nas sentenças favoráveis de cerca de cinco milhões de euros para a Câmara Municipal. Quanto à questão do Mercado Municipal há pessoas a pedirem para vir para lá, a mudança não teve nenhuma implicação neste sentido. Em relação aos refugiados a informação que o senhor presidente tem é que estão devidamente acolhidos e estão todos a trabalhar. Havia um convívio marcado com as pessoas vindas da Ucrânia, mulheres e crianças, e teve de ser adiado, porque doze mulheres começaram a trabalhar. Neste momento, há em Vagos cinquenta e dois refugiados, muitos foram para outros destinos e alguns até já voltaram para a Ucrânia. O processo está a correr muito bem, exceto o dinheiro que foi prometido pelo Governo e que até hoje ainda não chegou. Em relação ao IRS, para o PS é fácil distribuir, o problema é quando acaba o dinheiro para distribuir. Essa é a grande dificuldade. A Câmara Municipal vai distribuir aquilo que está a cobrar a mais às empresas e às transações, que isso não onera as famílias, devolvendo no IRS, excecionalmente, para apoiar a classe média que o Governo não teve a hombridade de apoiar. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para ter acesso, tal e qual como foi aqui votado na última sessão, ao processo de contratação dos serviços jurídicos. Entretanto, houve uma troca de e-mails entre o senhor Presidente e o senhor Deputado, para agendar a consulta. O que sucedeu foi que o Senhor Deputado enviou um email no final da semana a pedir a consulta para segunda feira às nove horas e trinta minutos, e o senhor Presidente não viu esse e-mail e, portanto, não reportou essa informação ao senhor Presidente da Câmara da mesma forma que também não

confirmou ao senhor Deputado essa data. Mas, mais importante que este aspeto formal, foi perceber que, ao ser contactado, o senhor Deputado já se encontrava na Câmara Municipal, na hora solicitada, para consultar o processo e que tudo tenha sido feito prontamente, como acabou por suceder, e a documentação lhe tenha sido facultada. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – 2022 e 2023 – PROPOSTA** -----

----- Determina o nº 1, do artigo 77º, da Lei nº 77/2013, de 3 de setembro, que “O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.” Com vista ao cumprimento desse preceito legal, a Câmara Municipal, por deliberação de 15/09/2022, propõe à Assembleia Municipal que seja nomeado como auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Kreston & Associados – SROC, Ld.ª, para os anos de 2022 e 2023, pelo montante de 19.900,00 € (dezanove mil e novecentos euros). -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção do grupo municipal do CHEGA, nomear como auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Kreston & Associados – SROC, Ld.ª, para os anos de 2022 e 2023, pelo montante de 19.900,00 € (dezanove mil e novecentos euros). -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS - DISCUSSÃO SOBRE PROPOSTAS/SUGESTÕES PARA COMBATER A PROBLEMÁTICA DOS ANIMAIS ERRANTES NO MUNICÍPIO.** -----

----- O ponto foi retirado da ordem de trabalhos, tendo a sua discussão sido feita no período antes da ordem do dia. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e trinta minutos, da qual se lavrou

a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa,
e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____